
A Educação Profissional e Tecnológica e as relações da evasão e da retenção: uma análise do perfil do estudante

The Professional and Technological Education and the relationships of evasion and retention of the student profile

La Educación Profesional y Tecnológica y las relaciones de la evasión y de la retención: un análisis del perfil del estudiante

Rozieli Bovolini Silveira

Universidade Federal de Santa Maria

rozielisilveira@gmail.com

Mariglei Severo Maraschin

Universidade Federal de Santa Maria

marigleism@hotmail.com

Resumo

Esse artigo discute a política educacional da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que embasa os institutos federais (IFs), criados a partir da expansão da Rede Federal. Para tanto, são analisados aspectos do perfil do estudante do Instituto Federal Farroupilha (RS), estabelecendo possíveis conexões com os objetivos preconizados pela EPT e com os índices de evasão e retenção. A produção de dados se deu a partir de entrevistas com os coordenadores dos eixos tecnológicos e com os coordenadores do Programa Permanência e Êxito (PPE), questionários aplicados aos estudantes e observações em dois câmpus do IF Farroupilha. A partir da análise dos dados, foi possível perceber que os estudantes que ingressam nos câmpus pesquisados provêm da classe trabalhadora. A respeito do acesso, confirmou-se que a realidade está condizente com a política educacional que embasa os IFs. A política de permanência e êxito está diretamente relacionada com a efetividade da política dos institutos, pois, além de viabilizar o acesso, foi necessário criar o Programa Permanência e Êxito (PPE) para garantir à classe trabalhadora o direito à educação.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Perfil do estudante. Evasão e retenção.

Abstract

This article discusses the educational policy of Professional and Technological Education that bases the Federal Institutes, created after the expansion of the Federal Network. Also analyzed are aspects of the student profile of the Federal Institutes of Farroupilha, establishing possible connections with the objectives advocated by Professional and Technological Education and evasion and retention. The data production was based on interviews with the coordinators of the Technological Axes, coordinators of the Permanence and Success Program, questionnaires to students and observations on two campuses of the Federal Institutes of Farroupilha (in the state of Rio Grande do Sul, Brazil). From the analysis of the data it was possible to perceive that the students that enter the Campi researched are students of the working class. In this aspect, of access, it was possible to confirm that the reality is consistent with the educational policy that bases the Federal Institutes. The policy of permanence and success is directly related to the effectiveness of the policy of the IFs, because besides the access, it was necessary to create the Permanence and Success Program (PSP) to seek the guarantee to the education of the working class.

Keywords: Professional and Technological Education. Student Profile. Evasion.

Resumen

Este artículo discute la política educativa de la Educación Profesional y Tecnológica que sostiene los Institutos Federales, creados a partir de la expansión de la Red Federal. Se analizan aspectos del perfil del estudiante del IF Farroupilha, estableciendo posibles conexiones con los objetivos propuestos por la Educación Profesional y Tecnológica y la evasión y la retención. La producción de datos se dio a partir de entrevistas con los coordinadores de los Ejes Tecnológicos, coordinadores del Programa Permanencia y Éxito, cuestionarios a los estudiantes y observaciones en dos campus del Instituto Federal Farroupilha (RS). A partir del análisis de los datos, fue posible percibir que los estudiantes que ingresan en los Campi encuestados son estudiantes de la clase trabajadora. En ese aspecto, del acceso, fue posible confirmar que la realidad está acorde con la política educativa que sostiene a los Institutos Federales. La política de permanencia y éxito está directamente relacionada con la efectividad de la política de los IFs, pues, además del acceso fue necesario crear el programa permanencia y éxito-PPE para buscar la garantía a la educación de la clase trabajadora.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica. Perfil del estudiante. Evasión y retención.

Introdução

Os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia foram instituídos pela lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. A partir desse marco legal, o Brasil passa por uma reformulação importante na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O maior número de vagas, a expansão e interiorização no território brasileiro fizeram com que muitos estudantes fossem incluídos na EPT, pela Rede Federal.

A Lei n. 11.892/2008 instituiu a oferta de EPT, em diferentes níveis e modalidades, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. A EPT passa a ser compreendida como processo educativo para

solucionar as demandas da sociedade, de integração e verticalização do ensino, para fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, constituir-se num centro especializado na oferta do ensino de ciências, desenvolver programas de extensão e realizar pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo, além de produzir um conhecimento voltado à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

Além da oferta prioritária dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e a oferta de curso na modalidade PROEJA⁷, os objetivos dos Institutos Federais deverão ser orientados pelas atividades de extensão que articulem com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, bem como a estimulação e apoio à emancipação do cidadão (BRASIL, 2013).

A educação oferecida pelos Institutos Federais é peculiar, se levar em consideração os cursos oferecidos em diferentes níveis e modalidades, além de incluir estudantes de origens bastante diversas, em termos acadêmicos e sociais (BRASIL, 2013). A partir dessa realidade, a análise do perfil do estudante pode revelar informações importantes para o desenvolvimento de ações em prol da permanência, aprendizagem e êxito dos estudantes.

Para isso é significativo perceber, além da expansão da oferta da EPT no Brasil, os indicadores que revelam o quanto essa política educacional está atingindo seus objetivos. Por isso, os índices de evasão, retenção e conclusão são importantes para avaliar a referida política.

Nesse sentido, esse artigo versa sobre as relações entre o perfil do estudante de um Instituto Federal e a evasão e a retenção. Esse estudo é parte da dissertação de mestrado em EPT que aborda com maior profundidade essas relações (SILVEIRA, 2017). O objetivo aqui é apresentar o perfil do estudante do IF Farroupilha, com base em algumas características como escolaridade dos pais, renda familiar, trabalho, benefícios da Assistência Estudantil, entre outros. Além disso, serão discutidas as relações do perfil do estudante, a política educacional que orienta os Institutos Federais e a ocorrência da evasão e da retenção.

⁷ De acordo com a Legislação n. 11.892/2008, estes cursos deverão totalizar 50% da oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas Instituições.

A produção de dados se deu com base em entrevistas semiestruturadas com dois coordenadores do Programa Permanência e Êxito (PPE), seis coordenadores dos eixos tecnológicos e observações registradas no Diário de Campo. Além disso, foi analisado o Diagnóstico quantitativo e qualitativo das taxas de evasão, retenção e conclusão (IF FARROUPILHA, 2016), que consta o Perfil do Estudante do IF Farroupilha. Após a produção dos dados, a análise foi construída a partir das categorias da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) que emergiram dos dados. Inicialmente serão abordadas as bases da política de EPT até a contextualização no IF Farroupilha, realidade pesquisada.

Institutos Federais: da proposta por uma Educação Profissional e Tecnológica ao contexto do IF Farroupilha

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Os Institutos Federais podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador [...]. Em especial, esse arranjo educacional abre novas perspectivas para o ensino médio-técnico, por meio de uma combinação do ensino de ciências, humanidades e educação profissional e tecnológica (VIDOR et al, 2011).

Como uma forma de orientar a política que normatizou a EPT em 2008, o Ministério da Educação elaborou um documento orientador, com as concepções e diretrizes que deverão orientar a prática dos Institutos Federais. Logo no início, o documento reforça a concepção de que essa política educacional seja realmente uma política pública.

O sentido de política pública que o atual governo⁸ adota amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública. Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens também obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo (BRASIL, 2010, p. 7).

O documento na sua totalidade reforça a justiça social da qual os Institutos Federais estão incumbidos. As questões sociais, alinhadas aos Institutos Federais, surgiram em vários momentos da pesquisa. Como no relato de um dos Coordenadores do PPE quando questionado sobre a percepção sobre a educação que é ofertada pelo IF Farroupilha:

Educação pública, universal, acolhedora, inclusiva, uma questão muito importante, é inclusiva, não somente no aspecto da inclusão que se diz das pessoas que apresentam alguma necessidade especial, mas inclusiva no aspecto social. E isso foi muito considerado nas ações que nós fizemos no PPE. Muitas vezes a questão da falta de êxito do aluno, ela não é uma questão cognitiva, muitas vezes é uma questão social. Se a escola trabalhar a questão social, ela resolve a questão cognitiva. Nesse ponto que eu acho importante a existência dos IFs, os objetivos que a gente trabalha é de incluir, de acolher, de educação pública, que não coloca porta, que não coloca barreira, que está sempre receptivo (SILVEIRA, 2017).

Nesse fragmento é possível perceber que a evasão e retenção são dois fenômenos que vão de encontro à política preconizada para a EPT, visto que quanto maiores forem esses índices, quanto mais pessoas não concluírem sua formação, mais os Institutos Federais estarão longe de seus objetivos. O compromisso social, ressaltado nos documentos da política que fundou os Institutos Federais e nos discursos dos entrevistados, aponta para um

⁸ Em referência ao governo petista, tendo como presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

caminho e a prática da política, outro. Como ressaltado no Acórdão do TCU (2013) os índices elevados, tanto de reprovação, quanto de evasão fazem parte da realidade dos IFs. Outras contradições, relacionadas às Políticas dos IFs e ao cotidiano das instituições foram evidenciadas na pesquisa.

As concepções e diretrizes dos Institutos Federais apontam para ações que prezam pelo desenvolvimento local e regional nos espaços que os IFs estão inseridos. O artigo 7, da Lei 11.892/2008 trata dos objetivos dos Institutos Federais e o inciso 5º, especificadamente da relação com a realidade local e regional: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008, p. 4).

As relações do IF Farroupilha com a comunidade local são observadas por um dos entrevistados. Um dos sujeitos da pesquisa utiliza a metáfora de uma “redoma” para ilustrar o quanto o IF não está necessariamente inserido na comunidade do qual faz parte.

[...] eu vejo assim, não o nosso campus, mas o próprio IF, ele se colocou dentro de redoma, ele meio que se isolou da sociedade, isso não é saudável. [...]. A própria ação do aluno conhecer a comunidade, conhecer a cidade, “não, mas eu realmente preciso estudar. Eu tenho que estudar. Eu estou num local privilegiado. E eu tenho que valorizar o local que eu estou.” Afinal de contas, por mais que a gente fale da nossa estrutura aqui dentro, pouquíssimas instituições tem o que nós temos. (SILVEIRA, 2017).

Nesse relato é possível perceber a relação que o Coordenador faz entre a educação ofertada pelo IF e o isolamento frente ao bairro no qual o Campus está localizado. Estabelecendo uma clara contradição, pois a política compreende que é preciso “estabelecer o vínculo entre a totalidade e as partes constitui premissa fundamental para apreender os objetos em seu contexto, em sua complexidade” (BRASIL, 2010, p. 25). Essa relação com as demandas locais e regionais é também problematizada com o público que esse campus atende.

Eu acho que quando foi criada a nossa instituição aqui, tinha um propósito que era desenvolver os principais arranjos produtivos locais, ela tinha um foco bastante voltado dentro do eixo de recursos naturais, do [curso] agropecuária, tanto na parte de produção, quanto de gestão. Nós tivemos sim, nós temos sim, um campus voltado à agropecuária,

embora as licenciaturas estejam presentes, estejam sendo ofertadas. Mas talvez, acho que nós ainda tenhamos um público muito urbano [...] Nós temos uma boa estrutura funcional, mas temos uma parte do nosso público que não é atendida como deveria ser. Nós temos um público urbano, não que eles não sejam aptos a trabalhar com agropecuária. São não é? Então eu acho que nós ofertamos uma educação voltada para um público, mas o público que vem aqui dentro procurar essa educação, não é o público que deveria, necessariamente, estar aqui (SILVEIRA, 2017).

Nessa entrevista, a posição do entrevistado é que o público atendido pelo IF deva ser outro. Por isso questionam-se alguns pontos. Qual é o perfil do estudante atendido pelo IF Farroupilha? E qual é mesmo a educação a ser ofertada pelos Institutos Federais?

A proposta pedagógica compreende o trabalho como princípio educativo e busca superar a dualidade presente, não só no Ensino Médio, mas com mais intensidade nesse, por se tratar da última etapa da educação básica. Assim, a política educacional busca superar a dicotomia, já muito enraizada nos sistemas de ensino, entre a teoria e a prática e entre a ciência e a tecnologia (BRASIL, 2010).

Pacheco (2011) no livro “Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica” retoma os principais aspectos que devam basear a educação ofertada pelos Institutos Federais, como a preparação para o trabalho com vistas ao sentido histórico e ontológico, além de que os conteúdos possam ser contextualizados no contexto real dos estudantes.

Como parte desta totalidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha foi criado em 2008, através da lei de criação n° 11.892, de 29 de dezembro, assim como os demais IFs. O IF Farroupilha oferece educação profissional e tecnológica na modalidade superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi.

O IF Farroupilha é composto de 11 unidades administrativas, divididas entre campus e campus avançado, além dos polos de Educação a Distância e Centros de Referência. Os campi do Instituto localizam-se na região centro noroeste do Rio Grande do Sul, são eles: Alegrete, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Augusto, São Borja, São Vicente do Sul e Uruguaiana.

A partir dessas considerações sobre os Institutos Federais é possível perceber algumas características dessa política. Uma delas refere-se à formação integrada, do qual os conhecimentos técnicos e básicos podem ser articulados em um currículo único. Outra questão é sobre a verticalização do ensino, possibilitando ao sujeito, diferentes itinerários formativos. Ainda é possível observar o ideário de uma EPT voltada para o mundo do trabalho, oferecendo uma educação integral, que possibilite a inclusão social, como por exemplo, maior acesso, permanência e conclusão nos cursos ofertados pelos Institutos Federais (IF FARROUPILHA, 2014).

O perfil do estudante e as relações com a evasão e a retenção escolar

Com base na formação que é preconizada pelos Institutos Federais, questiona-se sobre o perfil dos estudantes do Instituto Federal Farroupilha. Toma-se como base o Diagnóstico quantitativo e qualitativo das taxas da evasão, retenção e conclusão (IF FARROUPILHA, 2016), que consta o Perfil do Estudante, realizado como uma das ações do Programa Permanência e Êxito⁹. O referido perfil foi realizado por meio de questionários aplicados a todos os estudantes do IF, com questões que abordaram informações pessoais, modalidade e forma de oferta do curso, forma de acesso e campus. Também foram abordadas questões que envolvem aspectos socioeconômicos, de saúde e socioculturais do estudante e de sua família.

Dentre os pontos que foram abordados no questionário que buscou avaliar o Perfil do Estudante do IF Farroupilha, optou-se por selecionar os setes pontos: (1) Trabalho; (2) Benefícios; (3) Ações de Permanência; (4) Formação anterior; (5) Escolaridade do Pai e (6) da Mãe e a (7) Renda Mensal *per capita* da Família. A escolha por esses pontos de análise se deu com base

⁹ Programa criado com o objetivo de qualificar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica no IF Farroupilha e com isso diminuir os índices de evasão e retenção (IF FARROUPILHA, 2014).

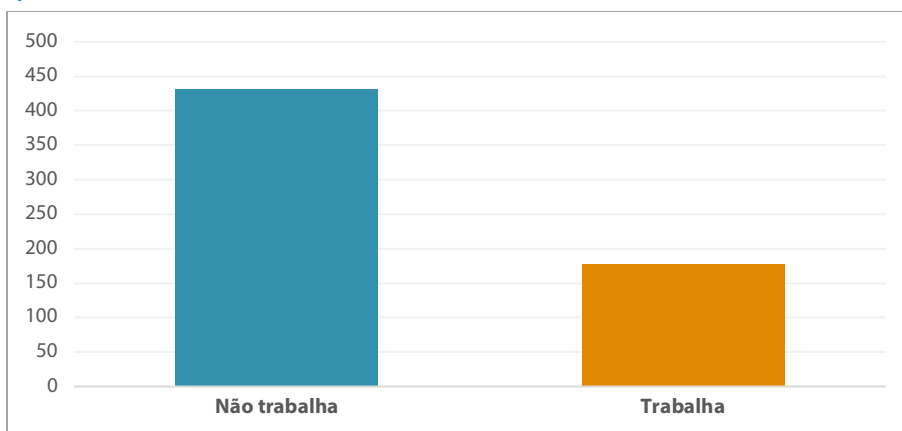
nos fatores de evasão já descritos em outras pesquisas como de Dore, Sales e Castro (2014) e de Rumberger (2011).

Os fatores de evasão englobam necessidade de trabalhar, falta de identificação com o curso, preferência pelo curso superior, problemas no curso e na aprendizagem, dificuldades financeiras e pedagógicas, falta de suporte acadêmico, falta de incentivo aos estudos pela escola e falta de qualidade da escola. (DORE, SALES e CASTRO, 2014). Para Rumberger (2011), há dois tipos de fatores relacionados ao abandono, os fatores individuais, associados ao estudante, como as atitudes, comportamentos e experiências anteriores e os fatores relacionados ao contexto do estudante, sua relação com a família, escola e comunidade.

Compreendendo que as causas da evasão são complexas, visto a não existência de uma única causa, que possa ser preditora do comportamento de abandonar a escola, foram selecionados os sete pontos de análise para a discussão do Perfil do Estudante em relação à política dos Institutos Federais e a evasão e a retenção.

Na tabulação dos dados foi possível filtrar os sete pontos para análise do perfil dos estudantes dos cursos técnicos integrados e subsequentes dos *Campi* de Júlio de Castilhos e São Vicente do Sul. O total de questionários respondidos foi de 610, com bases nesses filtros. O gráfico 1 apresenta os dados referente a situação de trabalho dos estudantes.

GRÁFICO 1
Quantitativo de estudantes trabalhadores



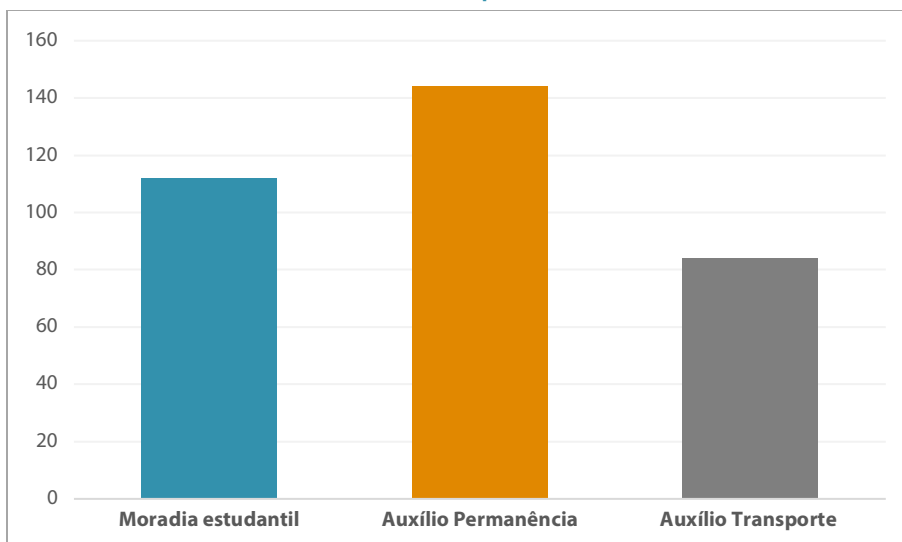
Fonte: Baseado no Perfil do Estudante (IF FARROUPILHA, 2016)

Na análise, por se tratar, majoritariamente, de estudantes dos cursos integrados, 82,45% dos cursos integrados, entende-se que a grande maioria são estudantes adolescentes, que ainda não adentraram no mundo do trabalho. E o restante dos respondentes, 17,54% estudantes, são em grande parte oriundos dos cursos subsequentes. Então, no total de 610 respondentes, 76,88% não trabalham e 23,11% estudantes trabalham e contribuem com o sustento da família e dependem dessa ou trabalha para seu próprio sustento.

Sobre a questão dos benefícios oriundos da Assistência Estudantil, 144 estudantes responderam que utilizam o auxílio permanência, 112 o benefício da moradia estudantil e 84 estudantes, o auxílio transporte, conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 2

Benefícios da Assistência Estudantil mencionados pelos estudantes



Fonte: Baseado no Perfil do Estudante (IF FARROUPILHA, 2016)

Sobre o papel da Assistência Estudantil, um dos entrevistados problematiza a questão do emprego com a permanência do estudante.

Outra questão que também é a questão de emprego, muitas vezes a falta de emprego, “opa, eu não tenho emprego, logo eu não tenho dinheiro para ter o transporte ou a

merenda”. Aí que vem a questão dos programas assistenciais que eles cumprem um papel importante, mas não tem como atingir 100%. A escassez de recurso é um fator ou a pessoa não se enquadra dentro. Ali é uma questão particular (SILVEIRA, 2017).

O campus 1 ainda não possui moradia estudantil, então muitos estudantes, principalmente dos cursos integrados, moram em pensões próximas ao Campus.

O auxílio de passagem, quando o aluno não tem o dinheiro para custear a própria passagem, ele não vai à aula. Houve casos de alunos, que eu sei, os pais moram no interior, o pai mora noutra cidade. Vai estudar em Júlio de Castilhos, tem a pensão e tal. Pais que não conseguiram honrar os compromissos em relação ao pagamento da pensão. Até houve casos que quando a gente sabia que os alunos prestes a desistir, transferir, a gente tentava atacar e aí saber os motivos. [...]. O CAE10 faz um levantamento dos alunos que tem maiores carências e através do programa de bolsas, ele resolveu várias questões, até mesmo alunos que eram potenciais evadidos (SILVEIRA, 2017).

Embora os benefícios concedidos pela moradia estudantil não sejam satisfatórios eles assumem um importante papel na permanência dos estudantes, como afirma um dos entrevistados.

A questão governamental nesse momento tem que ser encarada e tal, mas vai ter repercussão, sim. Se essas bolsas, esses auxílios, na verdade são mais auxílios e quantitativamente eles são pequenos. Vamos imaginar que uma pessoa vai ter a vida resolvida com 200 reais? Não tem como. Claro isso ameniza, atenua, agora imagina sem os 200 reais? [Riso] Bem pior. (SILVEIRA, 2017).

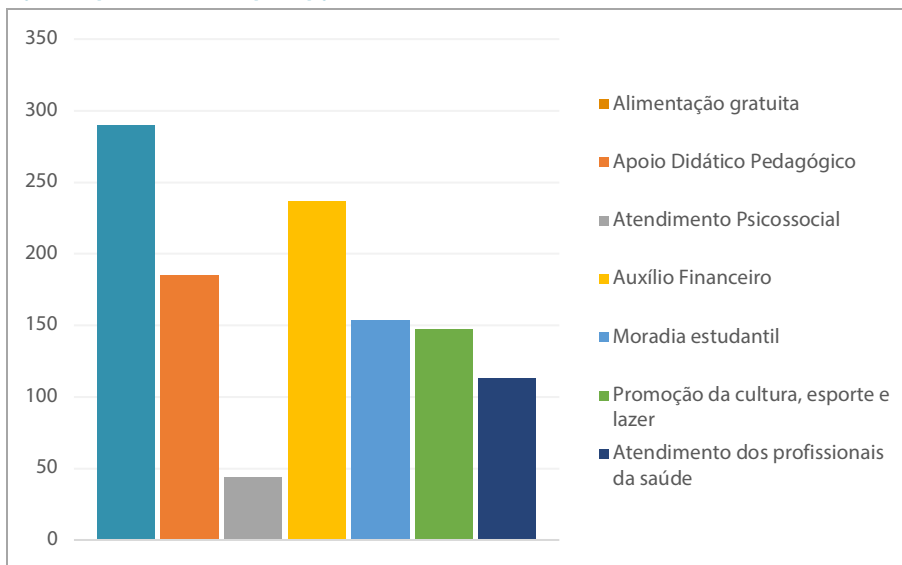
Uma professora que também é coordenadora de um eixo tecnológico retoma a relação da assistência estudantil e a permanência, quando questionada sobre a percepção dela sobre a educação ofertada pelo IF Farroupilha.

¹⁰ CAE- Coordenação de Assistência Estudantil.

Eu vejo como muito boa. [...] Tanto em relação a conteúdo, quanto o psicólogo, tentando entender o que está acontecendo naquele momento. Dando todo o apoio através dos projetos, das bolsas que são ofertadas, para que ele esteja aqui. Hoje eu não lembro uma instituição que oferte, a não ser o IF. Não tem uma instituição que oferte isso aos alunos, nem estadual, nem municipal. [...] Eles têm almoço, lanche, a bolsa para ir e comprar passagem, para voltar. Eu digo para eles quando eles entram no instituto, a única preocupação deles tem que ser o estudo. Porque o resto o instituto está apoiando por trás. [...] Em muitas ações pedagógicas, muitos conselhos [de classe] trabalho com os professores, se está com dificuldade específica na disciplina, a gente vê para abrir monitoria. Então, acho que esse cuidado com relação ao aluno, a disciplina, as notas, eu não vejo igual em outra instituição (SILVEIRA, 2017).

Nesse relato, a professora retoma a ideia do cuidado com o estudante, como foco da assistência estudantil e da instituição como um todo. É também observado no discurso da coordenadora, as ações da instituição sobre as questões pedagógicas e psicológicas, que envolvem monitorias, formação com os docentes, adaptação ao cotidiano acadêmico, disponibilização de auxílios, etc. O gráfico 3 ilustra a relação das ações e a permanência, na percepção dos estudantes.

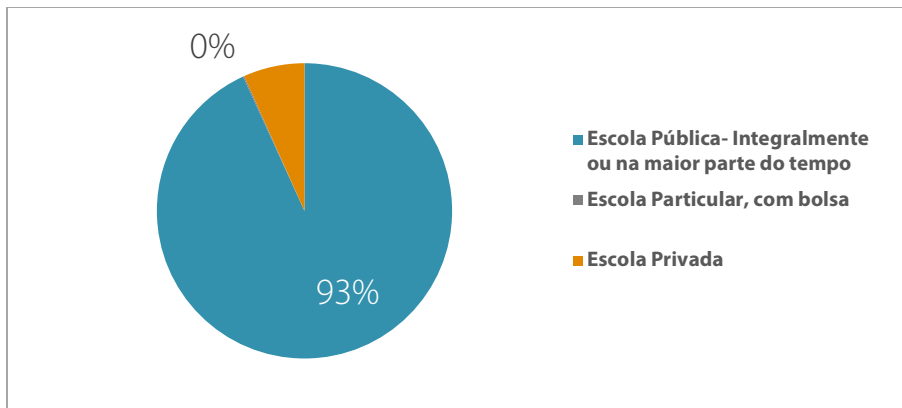
GRÁFICO 3
Ações de permanência na percepção dos estudantes



Fonte: Baseado no Perfil do Estudante (IF FARROUPILHA, 2016)

Sobre a formação anterior, o gráfico 4 demonstra a relação entre os estudantes que concluíram a formação anterior em escola pública ou privada.

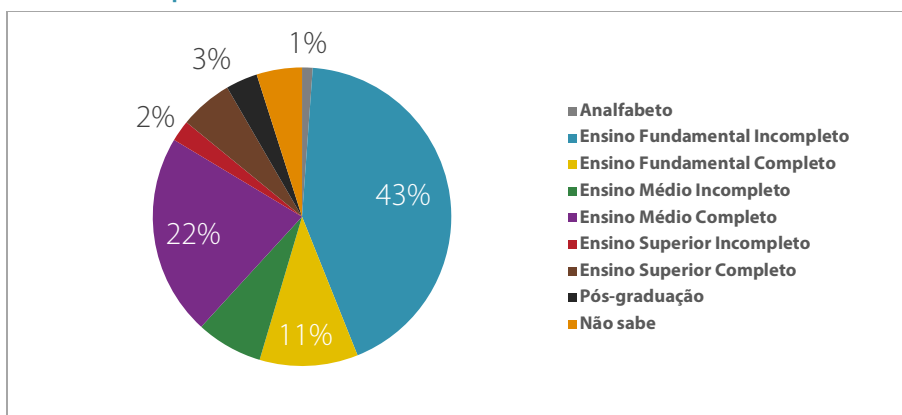
GRÁFICO 4
Formação anterior



Fonte: Baseado no Perfil do Estudante (IF FARROUPILHA, 2016)

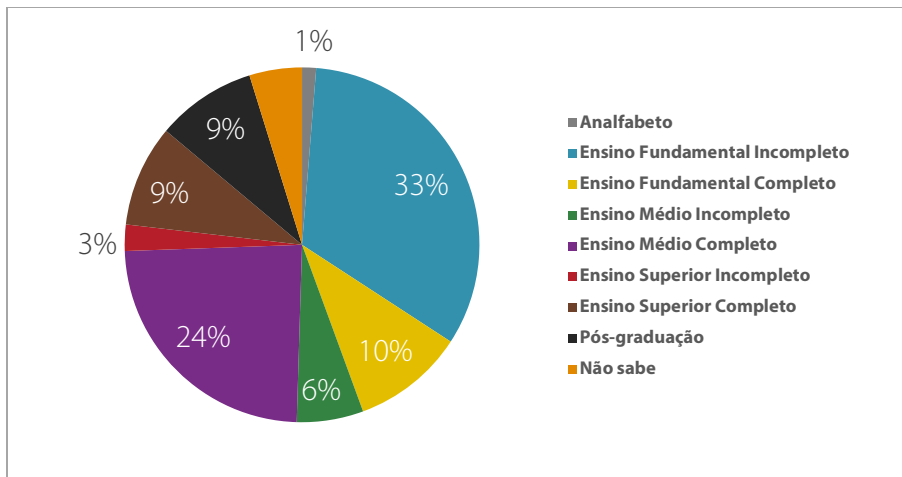
Apenas 6,7% estudantes estudaram em escola particular e 0,13% estudantes com formação anterior em escola privada, com bolsa. Então, a grande maioria dos estudantes dos cursos integrados e subsequentes dos campi pesquisados são estudantes com formação anterior em escola pública. A escolaridade dos membros da família também compõe o perfil do estudante.

GRÁFICO 5
Escolaridade dos pais



Fonte: Baseado no Perfil do Estudante (IF FARROUPILHA, 2016)

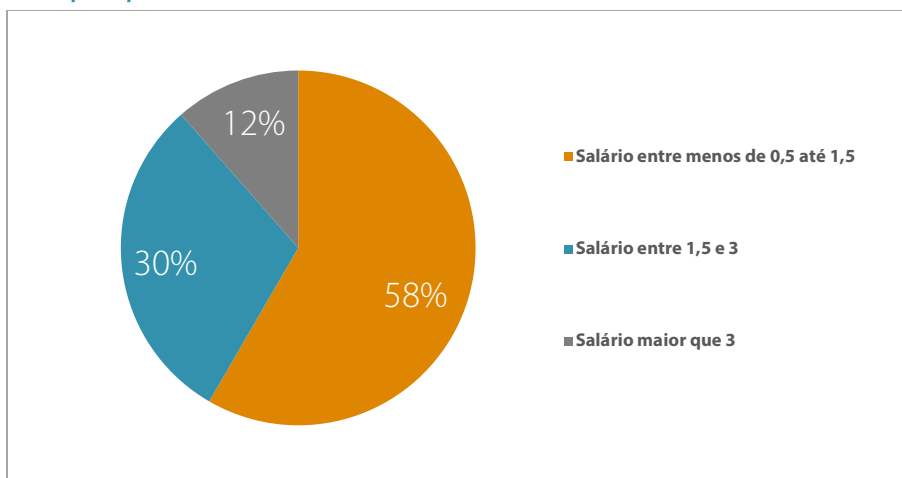
GRÁFICO 6
Escolaridade das mães



Fonte: Baseado no Perfil do Estudante (IF FARROUPILHA, 2016)

A partir dos gráficos é possível perceber que a grande maioria dos pais e mães dos estudantes da pesquisa são pessoas com ensino fundamental incompleto, confirmando que a política dos IFs contribui para o acesso da classe trabalhadora à educação. O próximo gráfico demonstra a relação da renda *per capita* da família dos estudantes.

GRÁFICO 7
Renda *per capita* da família



Fonte: Baseado no Perfil do Estudante (IF FARROUPILHA, 2016)

Sobre a renda mensal *per capita* da família, a grande maioria das famílias, 58,36%, recebe entre menos de 0,5 até 1,5 salários por pessoa (IF FARROUPILHA, 2016). Esse dado demonstra as características socioeconômicas dos estudantes que acessam o IF Farroupilha, configurando em grande maioria de estudantes com famílias de baixa renda.

Com essas informações é possível mapear um perfil do estudante dos Cursos Integrados e Subsequentes, nos campi Júlio de Castilhos e São Vicente do Sul. Majoritariamente, com 70%, os alunos desse público, não trabalham e 93% são estudantes que estudaram integralmente ou em grande parte em escolas públicas. Os 42% dos pais e 33,7% das mães não concluíram nem sequer o ensino fundamental e ainda 58,36% das famílias recebem menos de 0,5 até 1,5 salários por pessoa. O auxílio permanência foi o benefício que os estudantes mais mencionaram receber. Com base nesses elementos, é possível dizer que a maioria dos estudantes atendidos são da classe trabalhadora.

Esses dados reforçam a necessidade de que as instituições articulem ações em prol da permanência desses estudantes, visto que, como já mencionado, os fatores de evasão são justamente os que foram caracterizados nesse perfil de estudante. Com exceção do fator necessidade de trabalhar, os demais fatores: dificuldades financeiras e pedagógicas, falta de incentivo aos estudos pela escola e falta de qualidade da escola, falta de suporte acadêmico, problemas no curso e na aprendizagem, além dos fatores relacionados ao contexto do estudante, sua relação com a família, escola e comunidade foram demonstrados na produção dos dados.

A ampliação do acesso da classe trabalhadora à EPT é reflexo de uma política educacional construída na perspectiva do trabalho como princípio educativo, princípio esse, ético-político (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012) e que permite o acesso da classe trabalhadora à educação. Essa compreensão, iniciada em 2014, parte da construção de uma política educacional que pudesse mudar os rumos das medidas adotadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (ORTIGARA; GANZELI, 2013). Vale lembrar que a concepção da educação profissional do Governo FHC e que é retomada com grande intensidade pelo Governo de Temer, em 2016, é uma educação

focada no Capital Humano¹¹ e na pedagogia das competências indo de encontro à educação básica, essa com o foco na formação integral e humanística (FRIGOTTO, CIAVATTA; RAMOS, 2012).

A concepção da educação profissional que funda os Institutos Federais faz parte de um “projeto de desenvolvimento com justiça social e efetiva igualdade, e conseqüentemente uma democracia e cidadania substantivas, de forma que, ao mesmo tempo, responda aos imperativos das novas bases técnicas da produção, preparando para o trabalho complexo” (FRIGOTTO, CIAVATTA; RAMOS, 2012). Ou seja, uma concepção de EPT capaz de promover uma educação pelo trabalho.

Assim, embora os avanços tenham sido em grandes proporções, tanto no aumento do público atendido, quanto em concepção da EPT, ainda se manteve duas modalidades que reafirmam a dualidade presente no sistema educacional brasileiro, como salienta Ortigara e Ganzeli (2013), ao discutir as mudanças e possibilidades dos Institutos Federais, referindo-se aos cursos subsequentes e concomitantes.

No entanto, no Decreto n. 5.154/2004 manteve as possibilidades de segmentação, como a organização dos currículos em módulos com saídas intermediárias, que possibilitam a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho, sendo isso uma característica da educação profissional voltada aos interesses da forma capitalista da produção (ORTIGARA; GANZELI, 2013, p. 269).

Essa manutenção ilustra o campo em disputa do qual a EPT foi colocada e embora os avanços sejam consideráveis, é preciso estar atento às contradições nos discursos e nas políticas educacionais. A partir dessa percepção é possível estar mais próximo dos objetivos dos Institutos Federais e assegurar o direito à educação pelo trabalho dos estudantes da classe trabalhadora.

¹¹ A Teoria do Capital Humano compreende a educação como a grande propulsora da economia, pois através dessa, aumentaria as taxas de lucros do capital (MINTO, 2006). Minto (2006) define a Teoria do Capital Humano, no Glossário HISTEDBR: “Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a ideia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria “valorizando” a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital”.

Considerações finais

Os IFs foram criados com o objetivo de promover uma educação pelo trabalho de qualidade, especialmente para os filhos de trabalhadores que tiveram e ainda tem o direito negligenciado. A concepção para a formação profissional deve estar alinhada a promoção da justiça social, da equidade, da inclusão social, da sustentabilidade, além de que os IFs estabeleçam uma relação de auxílio às comunidades locais. Como é reforçado no Documento Orientador, que os IFs devem promover “uma formação profissional e tecnológica contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida” (BRASIL, 2010).

De encontro à política educacional que institui os IFs, a expressiva ocorrência da evasão e da retenção são fenômenos que distanciam a realidade dos IFs e dos objetivos que os instituem. Além disso, a manutenção da evasão e da retenção faz com que se mantenha a desigualdade da educação ofertada às diferentes classes sociais, visto que, a partir dos dados contextualizados nesta pesquisa, os estudantes que acessam a Educação Profissional são filhos da classe trabalhadora, porém muitos não concluem no tempo esperado ou até mesmo, abandonam o curso.

Após a contextualização sobre a concepção da educação a ser ofertada pelos Institutos Federais, esse artigo abordou brevemente a história do IF Farroupilha e a constituição do Programa Permanência e Êxito (IF FARROUPILHA, 2014). O programa foi criado com o objetivo de consolidar a oferta da EPT com a ênfase na permanência e êxito dos estudantes. Como uma das ações propostas no PPE foi realizada a aplicação do questionário sobre aspectos sociais, econômico e cultural dos estudantes do IF Farroupilha, compondo o Perfil do Estudante do IF Farroupilha (IF FARROUPILHA, 2016). Na discussão realizada nesta pesquisa adotaram-se os seguintes fatores para problematização do perfil: (1) Trabalho; (2) Benefícios; (3) Ações de Permanência; (4) Formação anterior; (5) Escolaridade do Pai e (6) da Mãe e a (7) Renda Mensal *per capita* da Família.

Com esses fatores foi possível mapear um perfil do estudante dos Cursos Integrados e Subsequentes, nos *campi* Júlio de Castilhos e São Vicente do Sul. Majoritariamente, com 70%, os alunos desse público, não trabalham,

pois 82,45% dos respondentes são estudantes dos cursos integrados e em grande maioria são estudantes ainda adolescentes, que ainda não adentraram no mundo do trabalho. Noventa e quatro por cento são estudantes que estudaram integralmente ou em grande parte em escolas públicas.

Sobre a escolaridade, 42% dos pais e 33,7% das mães não concluíram nem sequer o ensino fundamental e ainda 58,36% das famílias recebem menos de 0,5 até 1,5 salários por pessoa. O auxílio permanência foi o benefício que os estudantes mais mencionaram receber.

A partir desses dados é possível perceber que os estudantes que ingressam nos Campi pesquisados são estudantes da classe trabalhadora. Nesse aspecto, do acesso, foi possível confirmar que a realidade está condizente com a política educacional que embasa os Institutos Federais.

Cruzando os fatores de evasão: dificuldades financeiras e pedagógicas, falta de incentivo aos estudos pela escola e falta de qualidade da escola, falta de suporte acadêmico, problemas no curso e na aprendizagem, além dos fatores relacionados ao contexto do estudante, sua relação com a família, escola e comunidade e as características do Perfil do Estudante do IF Farroupilha é possível alertar de que os Institutos Federais necessitam articular ações em prol da permanência desses estudantes. A política de permanência e êxito do IF Farroupilha está diretamente relacionada com a efetividade da política dos IFs, pois, além do acesso foi necessário criar o PPE para buscar a garantia da educação à classe trabalhadora.

Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 dez 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 29 maio de 2016.

_____. MEC. *Um novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes*. MEC/SETEC, Brasília, 2010.

_____. Relatório do Tribunal de Contas n. 506/2013. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 abr. 2013. Disponível em:
<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=163&data=18/03/2013>>. Acesso em 03 jun. 2016.

IF FARROUPILHA. *Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes*. Instituto Federal Farroupilha: 2014. Disponível em:
<<http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/conteudo.php?cat=168&sub=6013>>. Acesso em 27 abril 2016.

_____. *Diagnóstico quantitativo e qualitativo das taxas de evasão, retenção e conclusão*. Instituto Federal Farroupilha: 2016. Disponível em:
<<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/8536/42c828471a6ee79308a1236bb1f0e8e5>>. Acesso em 06 maio 2019.

DORE, R.; SALES, P. E. N.; CASTRO, T. L. Evasão nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de educação profissional de Minas Gerais. In: DORE, R.; ARAUJO, A. C. de; MENDES, J. de S. (Org.). *Evasão na educação: estudos, políticas e propostas de enfrentamento*. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). *Ensino médio integrado: concepções e contradições*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MINTO, L.W. Verbetes de Teoria do Capital Humano. Glossário da História, Sociedade e Educação no Brasil - *HISTEDBR*. Campinas, 2006. Disponível em
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teor%C3%ADa_do_capital_humano.htm> Acesso em 06 de junho de 2016.

ORTIGARA, C.; GANZELI, P. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. In: BATISTA, E. L.; MULLER, M. T. (orgs). *A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

PACHECO, E. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.

RUMBERGER, R. W. *Dropping out: Why students drop out of high school and what can be done about it*. Cambridge: Havard University Press, 2011.

SILVEIRA, R. B. *O Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar*. Dissertação (mestrado) - Universidade

Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, RS, 2017.

VIDOR, A.; REZENDE, C.; PACHECO, E.; CALDAS, L. Institutos Federais: Lei n. 11.892 de 29/12/2008 - Comentários e reflexões. In.: PACHECO, E. *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna, 2011.